



AUDITORIA E A PRÁTICA DO ENFERMEIRO AUDITOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

AUDIT AND THE PRACTICE OF THE NURSE AUDITOR: AN INTEGRATING LITERATURE REVIEW



Magali Beatris da Silva Monteiro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano,
Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Humano - Universidade de Taubaté –
UNITAU. Taubaté – SP (Brasil).
magali_beatris@yahoo.com.br



Maria Angela Boccara de Paula

Doutora em Enfermagem - Programa de Pós-graduação em Educação em Desenvolvimento Humano,
Professora do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Humano - Universidade de Taubaté –
UNITAU. Taubaté – SP (Brasil).
boccaradepaula@gmail.com

Resumo: Considerando a constante incorporação tecnológica pelo sistema de saúde brasileiro, a auditoria de enfermagem é uma especialidade em expansão na área da saúde e para a qual o enfermeiro auditor atua em instituições de saúde, pública ou privada, conforme Resolução COFEN n. 266/2001, visando atender às metas e aos objetivos administrativos, que refletem na qualidade da assistência prestada. Objetivou-se identificar publicações relacionadas à auditoria e à prática do enfermeiro auditor em periódicos científicos desde o seu reconhecimento pelo COFEN. Trata-se de revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados da CAPES, LILACS e SCIELO, no período de outubro de 2001 a dezembro de 2018. Foram utilizados artigos publicados no Brasil e no idioma português, sendo selecionados nove estudos que mostraram que o enfermeiro auditor desenvolve as atividades de auditoria em instituições de saúde, pública ou privada, principalmente por meio da análise retrospectiva dos registros de enfermagem no prontuário, visando ao controle de custos operacionais e redução de glosas relacionadas aos insumos, anotações e técnicas de enfermagem, que influenciam a eficácia da gestão e assistência ao paciente, destacando-se, também, a necessidade de maior investimento em educação permanente junto aos profissionais de enfermagem. Assim, a auditoria de enfermagem é uma importante ferramenta de gestão que é realizada frequentemente pelo enfermeiro auditor, a partir do método retrospectivo dos dados no prontuário do paciente, para promover controle de custos operacionais que influenciam, direta e indiretamente, a qualidade da assistência, lucratividade e sustentabilidade de instituições de saúde.

Palavras-chave: Auditoria de Enfermagem. Enfermeiro. Gestão em Saúde.

Abstract: Considering the constant technological incorporation by the Brazilian health system, the nursing audit is an expanding specialty in the health area and for which the auditor nurse works in public or private health institutions, according to Resolution COFEN n. 266/2001, in order to meet the administrative goals and objectives, which reflect the quality of care provided. The objective was to identify publications related to auditing and the practice of the auditor nurse in scientific journals since their recognition by COFEN. This is an integrative review of the literature carried out in the CAPES, LILACS and SCIELO databases, from October 2001 to December 2018. Articles published in Brazil and in the Portuguese language were used, and nine studies that the auditor performs auditing activities in public or private health institutions, mainly through the retrospective were selected analysis of the nursing records in the medical records, aiming at the control of operational costs and reduction of glosses related to nursing inputs, annotations and techniques, which influence the effectiveness of patient management and care, and also the need for greater investment in permanent education among nursing professionals. Thus, nursing audit is an important management tool that is frequently performed by the nurse auditor, based on the retrospective method of data in the patient's chart, to promote control of operational costs that directly and indirectly influence the quality of care, profitability and sustainability of health institutions.

Keywords: Nursing Audit. Nursing. Health Management.

Cite como:

American Psychological Association (APA)

Monteiro, M. B. da S., & Paula, M. A. B. (2020). Auditoria e a prática do enfermeiro auditor: uma revisão integrativa da literatura. *Rev. gest. sist. saúde.*, São Paulo, 9(1), 71-93. <https://doi.org/10.5585/rgss.v9i1.15909>.





1 Introdução

A palavra auditoria de acordo com a origem latina – “*audire*” – significava ouvir. Entretanto, a língua inglesa caracterizou o termo “*audit*” a atividade de examinar, corrigir e certificar. A atividade é realizada desde o início do século, vez que era considerado auditor qualquer indivíduo incumbido de conferir valores para fins de prestação de contas, criando-se em 1314 na Inglaterra o cargo de auditor do tesouro na Inglaterra e em 1559, por intermédio da Rainha Elizabeth I, inicia-se o processo de auditoria de pagamentos de servidores públicos como medida de controle de controle financeiro (Riolino & Kliukas, 2003).

Na área de saúde, as atividades de auditoria foram inicialmente relatadas a partir de 1580, na Itália pelo religioso Camilo de Lellis que instituiu a realização de uma pasta para inclusão de todos os documentos e relatórios relacionados ao paciente (Mezzomo, 1982). No Brasil as atividades de auditoria iniciaram em 1968 a partir das atividades promovidas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de assistência médica (Riolino & Kliukas, 2003).

Desde então, a auditoria é aplicada com diferentes finalidades, de modo que na Enfermagem é denominada Auditoria de Enfermagem (AE) e consiste na especialidade que promove a análise e avaliação de prontuários e contas hospitalares, contribuindo para o aperfeiçoamento da assistência nas instituições de saúde, pública ou privada (Fazzolo Scarparo, Ferraz, Dias Pedreschi Chaves & Silva Gabriel Rotta, 2009).

Nesta perspectiva, a AE é realizada pelo enfermeiro oficialmente desde 1986, conforme Lei n. 7.498 do Exercício Profissional da Enfermagem e somente no ano de 2001 o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), por meio da Resolução COFEN nº 266/2001, reconheceu o enfermeiro auditor (EA) como profissional habilitado para esta função e estabeleceu suas atribuições, visando promover a qualidade da assistência ao paciente (Lei n. 7.498, 1986; Resolução Conselho Federal de Enfermagem [COFEN] n. 266, 2001).

Desde então, o enfermeiro auditor (EA) atua em instituições de saúde, pública e privada, por meio de atividades como EA interno, que trabalha dentro da unidade, ou EA externo, que executa ações fora da unidade, para garantir assistência de qualidade e melhor custo-benefício dos serviços de saúde (Feldman, Gatto & Cunha, 2005).

Acredita-se que neste processo a formação acadêmica é essencial para a eficácia do trabalho do EA à prática das atividades gerenciais na promoção de assistência, que por sua vez inicialmente é fundamentada para a prática assistencialista do cuidado de enfermagem, mas demanda, posteriormente, a necessidade de mudança da prática da assistência do cuidado



propriamente dito para o desenvolvimento de competências para a assistência administrativa (Amestoy, Backes, Thofehn, Martini, Meirelles & Trindade, 2013).

Segundo Motta (2003) o auditor, por meio de avaliação sistemática dos registros de enfermagem, avalia a qualidade da assistência, monta o processo de cobrança da conta hospitalar, analisa as conformidades ou não com os gastos hospitalares (Rothbarth, Wolff & Peres, 2009). Neste processo, a qualidade dos registros de enfermagem e a própria apresentação do prontuário, permite ao EA analisar, contínua e integralmente, o serviço prestado ao paciente desde a admissão até a alta hospitalar (Kurcgant, 1991).

A Associação Brasileira de Enfermeiros Auditores – ABEA, preconiza que o EA pode desenvolver atividades na área de gestão dos custos à assistência, por meio da auditoria retrospectiva de prontuários, para elaboração, conferência e cobrança de contas hospitalares, avaliando os registros clínicos e de enfermagem, a descrição de exames complementares e os procedimentos cirúrgicos e diagnósticos, honorários, diárias e taxas referentes ao período de internação hospitalar e tipo de acomodação, assim como, dos gastos de materiais e medicamentos utilizados à terapêutica e gasoterapia (Abea, 2018).

O EA desempenha funções que o classificam como EA interno ou EA externo em instituições de saúde, pública e privada, no intermédio das relações entre hospitais e operadoras de saúde, visando melhores custos-benefícios, tanto para o paciente como para as instituições (Feldman, Gatto & Cunha, 2005).

Assim, este estudo tem como objetivo responder a seguinte questão norteadora: Qual é o conhecimento científico produzido na literatura brasileira relacionado ao EA desde o reconhecimento desse profissional pelo COFEN?

2 Objetivo

Realizar revisão integrativa da literatura sobre o enfermeiro auditor.

3 Método

Para obter conhecimento mais aprofundado sobre o “enfermeiro auditor”, optou-se por realizar uma revisão descritiva por meio do método de revisão integrativa da literatura, pois permite ao pesquisador analisar diversos estudos relacionados ao assunto proposto e fornece subsídios para delimitação do tema de maneira organizada e sistemática, proporcionando maior compreensão, contribuindo para a discussão de lacunas existentes e para a realização de novos estudos (Souza, Silva & Carvalho, 2010).



Para tanto, para a coleta e análise de dados se faz necessário seguir as seis fases descritas a seguir: 1ª Fase: elaboração da pergunta norteadora resultando na formulação do problema; 2ª Fase: identificar na literatura científica os estudos para compor a revisão integrativa; 3ª Fase: realizar a coleta de dados; 4ª Fase: analisar e interpretar os dados dos estudos selecionados; 5ª Fase: discutir os resultados encontrados; e na 6ª Fase: construir e sintetizar o conhecimento adquirido (Whittemore & Knafl, 2005).

A partir da pergunta norteadora: Qual o conhecimento científico produzido na literatura brasileira relacionado ao EA desde o reconhecimento desse profissional pelo COFEN?, realizou-se a busca preliminar nos periódicos científicos nacionais com a intenção de investigar e analisar os estudos que tratavam do tema em questão.

Os dados foram coletados no mês de outubro de 2001, período este relacionado ao mês e ano de reconhecimento do EA pelo COFEN conforme Resolução COFEN 266/2001, a dezembro de 2018.

Para obter um panorama e familiaridade com a temática desse estudo realizou-se busca online em três bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

Os critérios de inclusão utilizados para a pesquisa foram os artigos de periódicos online, na íntegra, disponível gratuitamente, indexados nas bases de dados, publicados em português do Brasil, que retratassem a temática no título e resumo, no período de outubro de 2001 a dezembro de 2018.

4 Resultados e discussão

Na investigação preliminar sobre o tema “enfermeiro auditor”, inicialmente buscou-se o registro de pesquisas num âmbito ampliado, não sendo encontrados estudos relacionados. Na tentativa de identificar o tema proposto, utilizaram-se três descritores: “enfermeiras e enfermeiros”, “auditoria de enfermagem” e “papel do profissional de enfermagem”. Na base de dados CAPES, quando utilizado o descritor “auditoria de enfermagem” foram encontrados 518 artigos, com o descritor “enfermeiras e enfermeiros” foram 4.722 e com o “papel do profissional de enfermagem”, 4.505; na base de dados LILACS com o descritor “auditoria de enfermagem” foram encontrados 601 artigos, com o descritor “enfermeiras e enfermeiros” foram 3.603 e com o “papel do profissional de enfermagem”, 43.242; já na base de dados



SCIELO para o descritor “auditoria de enfermagem” foram encontrados 22 artigos, com o descritor “enfermeiras e enfermeiros” foram 28 e com o “papel do profissional de enfermagem”, 104.

Após aplicar os critérios de inclusão e quando utilizado o descritor “auditoria de enfermagem” foram encontrados 36 artigos na Base de dados da CAPES, com o descritor “enfermeiras e enfermeiros” foram 19 e com o “papel do profissional de enfermagem”, 12; na base de dados LILACS com o descritor “auditoria de enfermagem” foram encontrados 10 artigos, nenhum com os descritores “enfermeiras e enfermeiros” e “papel do profissional de enfermagem”, por não estarem relacionados ao tema proposto; já na base de dados SCIELO para o descritor “auditoria de enfermagem” foram encontrados 11 artigos e nenhum com os descritores “enfermeiras e enfermeiros” e “papel do profissional de enfermagem”, por não atenderem aos critérios estabelecidos.

Foram selecionados 25 artigos que após leitura mais aprofundada dos títulos, resumos e dos trabalhos na íntegra, ainda ocorreu exclusão, pois os assuntos estavam correlatos ao processo de AE, mas não tratavam diretamente da temática “EA”. Dessa forma, nove artigos compõem esta revisão. Destes, quatro artigos são da base de dados da CAPES sendo encontrado ano de 2009 (1), 2010 (1), 2015 (1) e 2018 (1); na base de dados da LILACS foram encontrados três artigos no ano de 2011 (1), 2012 (1) e 2013 (1); na base de dados SCIELO foram encontrados dois no ano 2010.

Das bases de dados analisadas, foram encontrados os seguintes percentuais: 33,3% (três artigos) na base de dados CAPES, 22,2% (dois artigos) na LILACS, 22,2% (dois artigos) nas bases CAPES e LILACS, e 22,2% (dois artigos) nas bases CAPES, LILACS e SCIELO.

Ao se analisarem os artigos encontrados seguindo a ordem cronológica, observou-se que não foram identificadas publicações nos anos de 2001 a 2008 e que em 2010 ocorreu um crescente aumento de publicações relacionadas ao EA.

A AE ainda é uma especialidade em expansão no mercado de trabalho nacional e o EA um profissional pouco conhecido na área da saúde (Siqueira, 2014), talvez isso justifique o número de estudos encontrados e utilizados nessa pesquisa que abordam o tema em destaque.

Com o intuito de organizar e facilitar a apresentação dos resultados foi elaborado o Quadro 1, no qual os dados foram expostos de acordo com as seguintes variáveis: base de dados, ano de publicação, nome do autor, título do artigo, objetivo(s), tipo de pesquisa e conclusão dos estudos, apresentados em ordem cronológica evidenciados a seguir no quadro abaixo.

**Quadro 1** – Distribuição dos artigos encontrados na base de dados Periódicos CAPES, LILACS e SCIELO (N= 9)

Nº do estudo	Ano	Base de dados	Nome do Autor	Título	Abordagem metodológica	Objetivo	Conclusão
1	2009	CAPES, LILACS	Camelo, Pinheiro, Campos & Oliveira	Auditoria de enfermagem e a qualidade da assistência à saúde: uma revisão da literatura	Revisão de literatura	Identificar na produção nacional artigos sobre auditoria de enfermagem	Os resultados apontaram que o enfermeiro é o profissional de enfermagem habilitado para a função de auditor, com capacidade de julgamento à análise da qualidade da assistência prestada nas instituições de saúde e o desafio que as instituições de ensino têm em formar profissionais competentes.
2	2010	CAPES	Pereira, Petry, Porto & Thofehn,	A importância do enfermeiro auditor na qualificação da assistência profissional	Qualitativa	Verificar a opinião dos enfermeiros quanto à importância do EA na qualificação da assistência	A atuação do EA embora, ainda, desconhecida pelos profissionais na área de saúde, quando conhecida é um diferencial tanto para o gerenciamento da assistência qualificada quanto para a qualificação profissional da equipe.
3	2010	CAPES, SCIELO e LILACS	Pinto & Melo	Prática da enfermeira em auditoria em saúde	Qualitativa	Conhecer a prática da enfermeira em auditoria em saúde	As enfermeiras auditoras na prática da auditoria no SUS mostraram satisfação profissional e as que atuavam no sistema privado, buscavam atender os interesses dos contratantes, estabelecendo pouco contato com a equipe de enfermagem ou com os usuários dos serviços de saúde.
4	2010	CAPES, SCIELO e LILACS	Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel	Tendências da função do enfermeiro auditor no mercado em saúde	Quantitativa	Identificar tendências atuais e futuras (próximos cinco anos) da função do EA no mercado de trabalho em saúde	A AE contribui para o desenvolvimento organizacional das instituições de saúde, em que se identificou a perspectiva das atividades do EA no gerenciamento do serviço de enfermagem aumentarem de 32,4% para 82,4%; em ações corretivas e implantação de programa de educação em serviço de 29,4% para 79,4%; e em negociação de contas hospitalares de 76,5% para 91,2%.
5	2011	LILACS	Medrado & Moraes	Auditoria de enfermagem em centro cirúrgico: atuação do enfermeiro auditor	Descritiva e analítica – Relato de experiência	Relatar a importância e as dificuldades de uma EA na prática da AE.	A EA constatou que a sistematização da assistência perioperatória associada ao trabalho do EA in loco, auxiliou o gerenciamento da assistência e promoveu capacitação da equipe, corrigindo em tempo real os registros de enfermagem e minimizando os custos operacionais.

(Continua)



(Conclusão)

6	2012	LILACS	Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo	A auditoria e o enfermeiro como ferramentas de aperfeiçoamento do SUS	Revisão bibliográfica	Compreender o processo de auditoria do SUS e entender o papel do enfermeiro auditor no âmbito público	No SUS é preciso que o EA tenha conhecimento do modelo de gestão, visando contribuir com medidas para garantir a qualidade dos serviços e assistência prestada.
7	2013	CAPEs e LILACS	Blank, Sanches & Leopardi	A prática do enfermeiro auditor hospitalar na região do Vale do Itajaí	Qualitativa	Identificar a tendência da contribuição da atuação do EA intra-hospitalar em instituições do Vale do Itajaí e as medidas destinadas à qualidade da assistência prestada	Entende-se que o EA deve atuar em consonância a Resolução COFEN 266/2001 e para qualificação da assistência e minimizar as falhas existentes no processo do cuidado de enfermagem.
8	2015	CAPEs	Caveião et al.	Competências requeridas do enfermeiro auditor para a prática profissional: revisão integrativa	Revisão integrativa	Identificar na literatura as competências requeridas do enfermeiro auditor para a atuação profissional	Para atuar como EA se faz necessário desenvolver competências profissionais e organizacionais, que o qualifiquem para a prática da auditoria e alcance dos objetivos institucionais.
9	2018	CAPEs	Camilo & Mota	A importância do enfermeiro auditor na análise dos registros e anotações de enfermagem: uma revisão integrativa	Revisão integrativa	Refletir como a prática do enfermeiro na auditoria do SUS é abordada na literatura no período de 2011 a 2016	Constatou-se que o profissional na prática da auditoria no SUS visa garantir os direitos dos pacientes à assistência de qualidade nos serviços de saúde, zelando por medidas de controle financeiro das contas públicas e evitando desperdício na execução de procedimentos relacionados à assistência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao se investigar o tipo de abordagem metodológica mais utilizada, verificou-se que a maior parte dos estudos optou pela pesquisa qualitativa. Os estudos mostraram que os pesquisadores buscaram entender a importância do EA nas instituições de saúde e não somente os resultados quantificáveis do trabalho deste profissional na prática da AE, pois a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador maior compreensão quando este não dispõe de muito conhecimento sobre o tema de estudo.

Para Minayo (2009) a pesquisa qualitativa propõe a identificação e compreensão de detalhes singulares na vida de um indivíduo. Outros autores ressaltam que por meio da pesquisa qualitativa o pesquisador tem a oportunidade de se aprofundar nos significados atribuídos à



experiência do indivíduo pesquisados, mediante influência de suas crenças, sentimentos e valores que contribuem para a construção de sua história e trajetória de vida, de modo único e transformador (Delory-Momberger, 2016)0

Ainda em relação ao tipo de pesquisa identificou-se que apenas um estudo realizado por Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel (2010) denominado de Tendências da função do enfermeiro auditor no mercado em saúde, cujo objetivo foi identificar tendências atuais e futuras nos próximos cinco anos da função do EA no mercado de trabalho em saúde, utilizou essa técnica quantitativa, na qual identificou-se preocupação com a tendência e perspectiva de trabalho do EA em instituições de saúde na Região Sul do Brasil. Os dados foram tratados mediante estatística descritiva comparando a opinião dos especialistas quanto à prática atual e à projeção das atividades do EA, de modo que evidenciou-se que a AE está focada na dimensão burocrática, de cunho contábil e financeiro, com inclinação à mudança para a incorporação da aplicabilidade da avaliação da qualidade e da assistência.

A pesquisa quantitativa, conforme descrito por Gunther (2006), permite ao pesquisador ao analisar os dados, confirmar ou refutar hipóteses anteriormente levantadas por meio de processo comparativo, como apresentou Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel (2010).

A pesquisa bibliográfica se fez presente em dois estudos científicos aqui analisados, aplicada para descrever o processo de desenvolvimento da AE no sistema de saúde público, propiciando a reflexão sobre o trabalho do EA e a importância do papel do profissional de enfermagem no campo da saúde (Camelo, Pinheiro, Campos & Oliveira, 2009; Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo, 2012). Para Gil (2002), a revisão bibliográfica contempla estudos já elaborados, que possibilita ao pesquisador consultar livros, artigos e periódicos científicos, com o intuito de expandir o levantamento de estudos necessários à delimitação do tema de abordagem.

Por sua vez, a revisão integrativa também foi encontrada em dois artigos, nos quais os autores objetivaram sistematicamente identificar a importância da prática do EA e as competências necessárias ao profissional à prática da AE (Caveião et al., 2015; Camilo & Mota, 2018). A revisão integrativa também permite ao pesquisador ampliar a consulta da literatura existente no universo científico, como se destaca na pesquisa bibliográfica. Entretanto, Mendes, Silveira & Galvão (2008) enfatizam que o método da revisão integrativa exige do pesquisador a atenção para a sequência dos preceitos sistemáticos na elaboração da pergunta norteadora, delimitação do tema, coleta de dados, análise dos dados, apresentação dos resultados e conclusão do estudo.



Ao se investigar a forma em que os autores escolheram para interpretar os dados, verificou-se que, dos nove estudos, oito utilizaram a técnica de análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo permite ao pesquisador compreender o significado da mensagem que se estuda, os indicadores quantificáveis ou não, que inferem no conhecimento, a partir de variáveis de condição de produção ou recepção, dessas mensagens.

Após análise dos estudos referentes ao tema aqui pesquisado “EA”, observaram-se diferentes relatos em relação ao tema aqui proposto, emergindo duas categorias de análise.

4.1 O EA no processo de gestão da instituição de saúde: competência, habilidade e papel do profissional de enfermagem na AE

Os resultados da análise dos estudos realizados demonstraram que as instituições de saúde são ambientes complexos, que se multiplicaram ao longo dos anos com o desenvolvimento do Sistema de Saúde Brasileiro, no qual a AE se tornou importante e necessária, tendo em vista a transformação dos processos de trabalho que ocorrem de modo dinâmico e contínuo na área da saúde.

Nesta premissa, Camelo, Pinheiro, Campos & Oliveira (2009), no artigo número 01 constataram que a prática da AE é um desafio em razão das constantes mudanças na área econômica, política e tecnológica, às quais instituições de saúde estão sujeitas, e isso faz com que o campo da auditoria vivencie uma crise profunda, exigindo do EA atuar de acordo com os objetivos e metas organizacionais, relacionados primeiramente à finalidade contábil e secundariamente, para o desenvolvimento da avaliação de qualidade da assistência e qualificação profissional.

Para Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel (2010), no artigo número 04, a AE foi pontuada como prática comum em instituições privadas, mas com perspectiva de aumento das atividades relacionadas à avaliação da qualidade da assistência para a satisfação do paciente. Porém, os autores Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo (2012), no artigo número 06, ao abordarem a auditoria em instituições públicas, na qual o EA atua com o intuito de atender os princípios do SUS, observou que é um desafio a prestação de serviço com qualidade para toda população.

Pensar em qualidade da assistência implica estabelecer critérios de avaliação, que estão associados não só aos cuidados prestados ao paciente, mas também a sua família, desenvolvido de modo integral, individualizado e contínuo durante o período de tratamento (Morais, Batista, Castro, Assunção & Castro, 2015).

Destaca-se que, o EA visando promover a qualidade da assistência, como mostraram os autores Pinto & Melo (2010) no estudo número 03, atua em diferentes áreas nos serviços de



saúde, desde setores de auditoria interna de hospitais públicos e privados, em empresas de auditoria externa, como no sistema público de auditoria, em âmbito federal, estadual ou municipal. Para os autores a prática da AE é atividade atraente para os enfermeiros, por se desenvolver em horário administrativo, em dias úteis, possibilitar flexibilidade no cumprimento de horário e, apesar de ainda ser desenvolvida predominantemente na área hospitalar, permiti ao EA trabalhar em qualquer instituição de saúde, considerando a natureza institucional.

Siqueira (2014) concluiu em seu estudo que o EA é um profissional em ascensão na área da saúde, pois trata-se de profissional qualificado para contribuir na administração das instituições de saúde, públicas e privadas, atentando para as metas e objetivos de cada unidade, que se diferenciam quanto ao método de execução. Muito embora, a auditoria vai além de apenas atender aos interesses institucionais, como aponta Fonseca, Yamanaka, Barison & Luz, (2005), o EA tem muito a contribuir para a qualidade da assistência de enfermagem, a fim de implementar melhorias para a prestação de serviços, seja no sistema público ou privado.

Dentre as atribuições do EA observou-se a prática de ações, com maior predominância, por meio da auditoria retrospectiva. Para Blank, Sanches & Leopardi (2013), no artigo número 07, a auditoria retrospectiva permite ao profissional identificar distorções de informações no prontuário e a devolução do documento para devida correção, com o propósito de otimizar os custos, evitar desperdícios e garantir qualificação da assistência e dos profissionais de enfermagem.

No artigo número 06 de Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo (2012) e artigo número 09 de Camilo e Mota (2018) demonstraram que, no Sistema Público de Saúde, o EA atua por meio da auditoria analítica de documentos, a fim de avaliar e conferir a conformidade dos serviços segundo as normas e legislações, visando ao cumprimento dos princípios básicos do sistema: universalidade, integralidade e equidade. Tanto a Sociedade Brasileira de Enfermeiros Auditores em Saúde (Sobeas, 2018) quanto Costa & Fossatti (2015) elencaram a conferência dos registros e anotações de enfermagem no prontuário, como elemento importante no processo de melhoria da qualidade da assistência, subsidiando planos de ação em caráter educativo das inconformidades encontradas.

A auditoria retrospectiva permite ao EA identificar por meio da revisão de prontuário a qualidade da assistência ao paciente, conferindo a esta excelência ou não dos serviços prestados em instituições de saúde. No artigo número 02, Pereira, Petry, Porto & Thofehn, (2010) concluíram que poucos estudos discorrem sobre auditoria em saúde, especialmente, auditoria em cuidado, embora a função do EA não esteja relacionada somente ao controle de contas e



redução dos gastos para as instituições, cabendo a ele o desenvolvimento de ações avaliativas, a fim de qualificar cuidado de enfermagem.

Com este propósito no artigo número 04, Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel (2010) identificaram a perspectiva de mudança das ações do EA para fins de avaliação de qualidade da assistência, por meio da prática da auditoria concorrente, que consiste na observação direta da assistência ao paciente, durante o tratamento, mediante visita in loco, na qual se pode entrevistar tanto o paciente como seus familiares, verificando a satisfação da assistência prestada pelas instituições de saúde.

A análise dos artigos, tendo em vista a importância da AE na qualidade da assistência, permitiu considerar que o EA deve atuar com maior comprometimento e responsabilidade na execução de suas funções nos serviços de enfermagem. O EA pode sugerir mudanças das rotinas organizacionais e subsidiar maior ênfase à educação continuada, afirma Camelo, Pinheiro, Campos & Oliveira (2009), no artigo número 01, pois trata-se de atividade fundamental à capacitação dos profissionais de enfermagem, visando à prestação de serviços de saúde de qualidade.

No artigo número 05 de Medrado & Moraes (2011) evidenciou-se que a qualidade da assistência está diretamente associada aos registros no prontuário e, a partir desses, observa-se o cuidado dos profissionais de enfermagem com os aspectos éticos e legais da profissão, vez que o prontuário é um documento legal. De acordo com o COFEN, com base na Resolução COFEN N° 429/2012, a deficiência ou ausência de anotação e registros de enfermagem implicam a inexistência de comprovação da assistência realizada e predispõe pacientes à iatrogenias relacionadas à administração incorreta de medicações, realização de procedimentos indevidos ou não realização destes, entre outros (Cofen, 2012).

O COFEN acrescenta que para o Exercício Profissional de Enfermagem, conforme Lei 7.498/1986, todo profissional deve realizar anotações ao término de cada procedimento, atribuindo respaldo legal ao trabalho de enfermagem e segurança na assistência ao paciente, caracterizando mediante Resolução COFEN nº 0564/2017 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, ato de indisciplina a não realização dos registros (COFEN, 2017b; COFEN, 1986).

Pensando em minimizar essas ocorrências, o artigo número 02 de Pereira, Petry, Porto & Thofehrn (2010) salientou a importância de se estabelecer maior interação do EA com atividades de educação em serviço e por meio de ação educativa propiciar o desenvolvimento do processo de trabalho da equipe assistencial, mesmo diante da constatação de que o trabalho



do EA é mais utilizado em instituições de saúde para finalidade contábil, sobrando pouco tempo para o profissional atuar na qualificação dos profissionais de enfermagem.

Apesar da maior aplicabilidade das atividades do EA para fins contábeis, visando à redução dos custos e maior lucratividade dos serviços, estudos sobre o desenvolvimento e aplicabilidade da AE nas instituições de saúde também ressaltaram a necessidade de priorizar a qualidade da assistência de enfermagem, confirmando na atualidade preocupações anteriormente apontadas em relação ao foco da prática da AE (Araújo, Simões & Silva, 1978; Kurcgant, 1976).

As falhas no processo de assistência se apresentaram correlatas não só as inconsistências dos registros de enfermagem, mas também a execução parcial ou não da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Medrado & Moraes (2011) no artigo número 5 com o objetivo de relatar a importância e a dificuldade de um EA na prática da AE constatou, a partir da implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória – SAEP em um Centro Cirúrgico de uma instituição hospitalar, resultados positivos para assistência eficaz e segura ao paciente durante todo o processo operatório até a alta, refletindo na redução do tempo perioperatório e de internação hospitalar.

Para Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo (2012), no artigo número 06, a SAE permite minimizar falhas e otimizar o trabalho da equipe de enfermagem, pois organiza sistematicamente a assistência, instituindo terminologias padronizadas para os registros, conferindo qualidade e cientificidade ao cuidado prestado, como também, agilidade e maior eficiência ao EA durante auditoria de prontuário, em razão de menor incidência de correções dos registros, principais indicadores no atraso de fechamento de contas (Treviso, Peres, Silva, Santos, 2017).

Sendo assim, estabelecer na equipe assistencial excelência ao serviço prestado envolve desenvolver a SAE e instituir educação continuada, para contemplar aprimoramento técnico ao profissional de enfermagem nas instituições de saúde, especialmente na área hospitalar. Para isso, no artigo número 07 de Blank, Sanches & Leopardi (2013), os autores consideraram ser fundamental a interação entre os setores de Educação Continuada, Serviço de Infecção Hospitalar (SCIH), Programas de Qualidade e Administração, para que o EA atue concretamente na qualidade da assistência de enfermagem.

Para os autores Caveião et al. (2015) no artigo número 8 o EA deve ter competência técnica para trabalhar com os dados provenientes de relatórios do SCIH e, com isso, implementar a reorganização do processo da assistência intra-hospitalar, qualificando o fazer enfermagem. Assim, ao promover integralidade dos setores envolvidos na assistência o EA tem



maior condição para avaliar a eficiência e resolutividade dos serviços prestados, que, por sua vez, podem subsidiar aos EA de operadoras e planos de saúde fundamentação técnica para estabelecerem estudos comparativos, no sentido de nortear futuras negociações relacionadas à renovação ou contratação de assistências, que atendam às necessidades do perfil de pacientes de convênio (Paim & Ciconelli 2007).

Vale destacar as competências profissionais que a prática da auditoria exige que o EA desenvolva para atender a demanda do mercado da saúde. Segundo Camilo e Mota (2018) no artigo número 09 o EA possui capacidade técnica para o gerenciamento dos serviços e da assistência, relacionadas às exigências institucionais e de formação acadêmica e profissional em auditoria.

No estudo referente às competências requeridas do enfermeiro auditor para a prática profissional, no artigo número 08 de Caveião et al. (2015), primeiramente evidenciou-se ter formação acadêmica adequada, e depois, como principais competências ao EA o agir em meio a equipe de enfermagem, política e eticamente, zelando pela qualidade da assistência e garantindo informações à equipe, resolutividades dos problemas e execução de ações específicas. Essas características tanto promovem profissionalização do fazer do EA como da sua profissionalidade dentro do ambiente de trabalho e no desenvolvimento de atividades específicas, seguindo preceitos éticos no exercício da Enfermagem (Morais et al., 2019).

A este processo de desenvolvimento de competências também se atribuem as condições dadas pelas instituições de saúde para o desenvolvimento profissional do EA, tendo em vista a importância da integração do profissional com a equipe de enfermagem. Com base nos resultados apresentados no artigo número 1 de Camelo, Pinheiro, Campos & Oliveira (2009), a AE não é atividade que se faz isolada da assistência de enfermagem, mas integrada a esta prática, para a concretização de melhorias na prestação de serviços da qualidade, vislumbrando a excelência e maior satisfação do paciente. A interação das equipes, de AE e equipe de assistência, favorece maior assertividade no processo da assistência, menor taxa de infecção, mortalidade e tempo de internação, com adequado custo-benefício ao paciente e operadora e plano de saúde (Linch et al., 2017).

A aplicação da auditoria no processo da assistência possibilita o desenvolvimento de indicadores de assistência, estabelecimento de critérios de avaliação e geração de conhecimentos para a Enfermagem, proporcionando benefícios para o paciente, que poderá ser assistido com serviços de qualidade e eficácia; para a equipe de enfermagem, com maior disponibilidade de acesso às informações e ações educativas, permitindo reflexão profissional,



medida que contribuirá diretamente para a melhoria na gestão de serviços e na gestão hospitalar (Passos et al., 2012).

As ações de enfermagem associadas à prática da auditoria e à análise dos indicadores assistenciais, direcionam quais as prioridades de intervenção inerentes à assistência prestada e os resultados demonstraram que o registro de enfermagem se constitui em uma dessas prioridades no ambiente hospitalar. Camilo e Mota (2018) no artigo número 09 identificaram que os registros de enfermagem nem sempre se apresentam fidedignos, são falhos e até inexistentes, sendo importante o exame sistematizado dos dados e informações pelo EA, vez que sua capacidade técnica possibilita pontuar e desenvolver ações de melhoria junto à equipe de enfermagem, para a correção do processo do trabalho.

No SUS, o número reduzido de profissionais auditores acaba por dificultar a supervisão das correções e alterações necessárias relacionadas às inconsistências relatadas em relatórios de auditoria municipais, estaduais e federais (Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo, 2012). Entretanto, os autores no artigo número 07, Blank; Sanhes e Leopardi (2013) destacaram a importância de analisar o tempo dispensado no retrabalho que exige a conferência e correção dos registros, tanto do EA como da equipe de enfermagem assistencial, que poderia ser aproveitado com atividades direcionadas para o fortalecimento da qualidade da assistência.

São muitas as adversidades do EA à prática da AE, como a falta de tempo para ter acesso diário à equipe de enfermagem assistencial, comumente relacionada à demanda de contas que têm para revisar. Os autores no artigo número 02 de Pereira, Petry, Porto & Thofehn, (2010) constataram que o EA vivencia esta situação nas instituições de saúde, sobrando pouco tempo para trabalhar com o gerenciamento do cuidado e qualificação das equipes assistenciais. Porém, Caveião et al. (2015) no artigo número 08, classificaram a comunicação como umas das habilidades essenciais ao EA na prática da auditoria, uma vez que, ao buscar estabelecer vínculo e bom relacionamento com as equipes assistenciais, pode promover gerenciamento do serviço de enfermagem.

A comunicação é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de melhorias à assistência ao paciente, e atentar a equipe, por exemplo, quanto aos aspectos éticos da profissão, conseqüentemente, fortalece a importância da qualidade dos registros e do cuidado ao paciente, direcionando a ênfase relacionada às falhas e erros para a colaboração coletiva dos profissionais no processo de trabalho, de otimização dos custos operacionais e lucratividade dos serviços (Morais et al. 2019).

Na área de gerenciamento dos custos operacionais, o trabalho do EA objetivou enfatizar a importância da redução dos gastos com a assistência, e, principalmente, em minimizar as



glosas operacionais, pois impactam direta e indiretamente a lucratividade e sustentabilidade das instituições de saúde, em especial do setor privado. Neste processo, Medrado & Moraes (2011) no artigo número 05, constataram que a SAE constituiu uma ferramenta de gestão eficaz, vez que permitiu ao enfermeiro do C. C. direcionar, acompanhar e avaliar os resultados, qualificando a assistência de enfermagem por meio da padronização de impressos e anotações que facilitaram o trabalho da equipe e a sensibilizaram quanto à redução do desperdício de materiais e medicamentos à assistência.

Para Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo (2012) no artigo número 06, a padronização dos relatórios de auditoria do sistema público também poderia reduzir inconsistências nos documentos e contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho no SUS. Sendo assim, a SAE além de ser uma atividade que deve ser realizada e registrada formalmente em toda instituição que promove o cuidado profissional de enfermagem, conforme a Resolução COFEN N° 358/2009 (Cofen, 2009), também consiste em uma prática que contribui para o trabalho do EA, pois permite tornar o processo da assistência mais eficaz e contribui para menor incidência de fragilidade nos registros de enfermagem (Loureiro, Costa, Marques & Hoyashi, 2018).

O desenvolvimento de ações planejadas na área da assistência manifesta-se como importante instrumento de gestão de qualidade, tanto da assistência quanto dos recursos materiais e financeiros, pois resulta em melhorias no processo de trabalho, otimizando os custos e o tempo da equipe na execução do cuidado ao paciente. No serviço público, segundo os autores do artigo número 06 Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo, et al. (2012) e Camilo e Mota (2018) no artigo número 09, conhecer e compreender o processo de auditoria permite aperfeiçoar a assistência aos pacientes, humanizando o serviço prestado, possibilitando atendimento digno ao paciente da rede e pagamento justo pela assistência prestada em instituições de saúde contratadas.

No entanto, a padronização dos serviços deve ser realizada segundo a realidade institucional, visando ao crescimento organizacional que abrange, tanto o desenvolvimento da instituição como dos profissionais (Dorne & Hungare, 2013).

Desse modo, com base nos artigos selecionados, constatou-se que a AE contribui, significativamente, para o gerenciamento das instituições de saúde e o EA, também, deve atuar no aperfeiçoamento e qualificação dos profissionais de enfermagem, próxima categoria de análise.



4.2 AE e a Educação Permanente: uma importante parceria de resultados

Neste tema, dentre os resultados apresentados, foram encontradas descrições que direcionaram a abordar a importância de instituições de saúde relacionarem a AE com o desenvolvimento de educação continuada à equipe de enfermagem, visando ao aprimoramento do trabalho executado junto ao paciente.

A qualificação profissional se destacou como importante característica associada à eficácia da gestão dos serviços na área da saúde. Para Blank, Sanches & Leopardi (2013) no artigo número 07, os resultados demonstraram que os EAs estavam em sintonia com a necessidade de transformar sua percepção de cuidado e de auditoria, para atuar de fato na qualidade da assistência de enfermagem por meio da promoção de ações educativas, vez que a capacitação fortalece a assistência nas instituições de saúde. Ao contrário, Pinto & Melo (2010) no artigo número 03, identificaram que EAs não se mostraram convictos que suas atividades possam impactar positivamente na qualidade da atenção prestada ao paciente, isso porque o sistema privado de serviços de saúde utilizam seus conhecimentos para o foco que predomina na auditoria privada, o controle de custos.

Por sua vez, no artigo número 02 de Pereira, Petry, Porto & Thofehn, (2010), os autores corroboram os resultados apresentados no artigo número 07, pois também compartilham da opinião que o EA contribui para a qualidade da educação em serviço, ao atuar junto ao enfermeiro e sua equipe, transformando o contexto de educação e cuidado nas instituições hospitalares. O Ministério da Saúde compreendendo a importância da educação permanente como instrumento eficaz no processo de gerenciamento da assistência, por meio da portaria GM/MS nº 1996, de 20 de Agosto de 2007, implementou a Política Nacional de Educação Permanente nas instituições de saúde, a fim de promover ações organizacionais visando ao desenvolvimento de ensino e aprendizado no ambiente de trabalho (Brasil, 2009).

Vale ressaltar que no estudo número 08 de Caveião et al. (2015), os autores ao enfatizar que a formação profissional do EA deve ser feita mediante educação permanente contínua para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e administrativas, buscaram problematizar a importância de haver capacitação, principalmente, para atuar junto a equipe de enfermagem e desenvolver competências profissionais, prezando pela qualidade da assistência. A educação permanente consiste em processo de aprendizado contínuo para construção do conhecimento profissional, que se desenvolve no contexto da formação pessoal e relações de trabalho do indivíduo (Silva & Seiffert, 2009). Por isso, pode ser classificada por algumas instituições como educação continuada ou educação em serviço, objetivando desenvolver educação como



parceria para a qualificação tanto das ações como dos profissionais de enfermagem (Nogueira de Sá, Ferreira, Xavier & Alves, 2018).

Desse modo, ao buscar identificar a contribuição do EA na melhoria da qualidade da assistência e no desempenho do papel profissional, os autores Camelo, Pinheiro, Campos & Oliveira (2009) em seu estudo, artigo de número 01, destacou que se faz necessário que o EA viabilize condições para a prática da educação continuada com enfoque na prestação de serviços de qualidade. Segundo Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel (2010) no artigo de número 04, a educação em serviço constituiu uma das finalidades da função do EA e foi observada como a perspectiva de maior ênfase pelos profissionais nas instituições hospitalares. Assim, pode-se dizer que a capacitação profissional propicia qualidade à prática assistencial, como também, incide em melhores condições à auditoria dos serviços de saúde, uma vez que condiciona maior resolutividade ao trabalho do EA ao aperfeiçoar sua competência para ao cargo (Caveião et al., 2015).

Acrescenta-se que, no processo de desenvolvimento de capacitação profissional, há perspectiva de melhores resultados. Nesse sentido, quando relacionar as ações das áreas de AE, Educação Continuada e Serviço de Controle de Infecção Hospitalar. Muito embora, EAs ao descreverem as experiências na prática da auditoria, relataram que a atuação da SCIH no processo de capacitação ainda é insuficiente comparado à educação continuada dos profissionais, pois compreendem que são as normativas do SCIH que norteiam as ações de AE, tanto para a avaliação do prontuário quanto para as cobranças do atendimento, e estabelecem a necessidade de treinamento da equipe assistencial, mas os treinamentos realizados são a título de orientação e não para capacitação profissional (Blank, Sanches & Leopardi, 2013; Caveião et al., 2015). Segundo Scarparo, Ferraz, Chaves & Gabriel (2010), no artigo número 04, enquanto os gestores de instituições de saúde não intensificarem, de modo efetivo, ações de educação continuada junto a equipe de enfermagem não haverá expectativas de mudança relacionadas as falhas no processo da assistência, pois somente assim, poderá se pensar em excelência na prestação de serviços de saúde.

Acredita-se que estimular interdisciplinaridade entre a AE e setores afins em instituições hospitalares, com ações educativas para fins de capacitação, orientação, treinamento e recrutamento fortalece o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais, assim como possibilita valorização profissional na assistência de enfermagem, transformando a prática do cuidado a partir do desenvolvimento pessoal e profissional do indivíduo (Viana, Bragas, Lazzari, Garcia & Moura, 2016).



Para Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo (2012) no estudo número 06, a educação continuada para os profissionais que atuam na rede pública de atenção à saúde consiste em investimento essencial tanto para a melhoria da qualidade da assistência como para a valorização profissional e humanização do atendimento à população de usuários. Com este propósito, o SUS implementou a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, objetivando promover capacitação dos profissionais de saúde, mediante o desenvolvimento da gestão e da educação no sistema, a fim de estabelecer melhorias para a assistência coletiva e regionalizada, dentro dos preceitos do sistema (Ceccin, 2005).

A qualificação profissional abordada pelos EAs que trabalham em instituições hospitalares e privadas, pode-se inferir que foi observada especialmente relacionada ao desenvolvimento organizacional que profissional. Para os autores Blank, Sanches & Leopardi (2013) no artigo número 07, percebeu-se que a prática consciente da assistência de enfermagem permite restringir o desperdício de materiais e medicamentos que tanto interferem na lucratividade das instituições, mas o EA deve procurar ser um agente transformador no sentido de fortalecer a construção de um novo modelo de assistência, pautada na qualidade do serviço prestado e não só da gestão, propondo o desenvolvimento profissional. Observações semelhantes pontuaram os autores Camilo & Mota (2018) no artigo número 09, ao identificar o papel dos registros e anotações de enfermagem para as atividades de AE. Não observaram a relação da importância do EA com os registros e, por isso, sugeriram o desenvolvimento de educação continuada para os profissionais que integram a equipe de enfermagem, certificando capacidade técnica no sentido de conferir crescimento profissional. O EA é um profissional preparado para realizar ações educativas e reflexivas, incentivando a participação ativa e integrada dos profissionais de enfermagem no processo de assistência, o que viabiliza condições para minimizar as ocorrências de inconformidades relacionadas, por exemplo, aos materiais e medicações, que comprometem o custo-benefício e efetividade dos serviços (Koerich, Lanzoni, Coimbra, Tavares & Erdmann, 2019).

A prática da auditoria nos serviços de saúde a todo instante foi apresentada nos resultados encontrados relacionados em benefício do paciente ou do desenvolvimento institucional. Enquanto instituições privadas objetivaram manter os investimentos e retorno financeiro, o setor público buscou garantir e resguardar os direitos dos pacientes e do Estado (Camilo & Mota, 2018). Outros autores acrescentaram que o desenvolvimento da educação no SUS associados ao processo de integralidade e intersetorialidade, viabilizam ações conjuntas de gestores e profissionais de saúde, para o encontro de novas propostas de assistência, e, assim, poderem estabelecer melhorias dos serviços de saúde para o bem coletivo e transformar os



modelos de gestão, controle social e atuação profissional (Ceccin Burg, 2005; Ceccin & Feuerwerker, 2004).

Tendo em vista a importância da capacitação profissional e qualificação do cuidado de enfermagem, os textos selecionados destacaram as atividades compartilhadas da AE e educação permanente no processo de aperfeiçoamento de competências e habilidades que promovem não só o crescimento de instituições de saúde, mas também o desenvolvimento profissional, elevando a prática da assistência à saúde a níveis de excelência, com atenção integral e sustentável.

A perspectiva de a AE ser aplicada como instrumento no processo de avaliação da qualidade da assistência e capacitação profissional é uma realidade nos serviços de saúde para a qualificação da assistência. A partir da análise das literaturas acredita-se que a AE é uma importante ferramenta de gestão aplicada pelo EA em instituições de saúde, pública e privada, de acordo com a necessidade e a realidade organizacional para a qual trabalha. Na maior parte do tempo o EA atua por meio do método de auditoria retrospectiva a partir da revisão de prontuário, com destaque para o controle de custos operacionais em instituições hospitalares e privadas, vez que o uso indiscriminado de materiais e a supremacia de falhas nos registros de enfermagem constituem as principais causas para resultados financeiros negativos, que afetam a eficácia da gestão e da assistência.

Sendo assim, revisar outros estudos permitiu contextualizar o tema proposto e construir o referencial teórico necessário para a investigação pretendida, contribuindo para a formação do pesquisador e auxiliando o desenvolvimento de criticidade metodológica dessa pesquisa (Vosgerau & Romanowski, 2014). Destaca-se que perante a identificação das lacunas existentes quanto à importância do EA na área da saúde e para a AE quanto à especialidade em construção, o tema precisa ser mais bem explorado por novos estudos.

5 Conclusão

Os estudos apresentados mostram a AE como uma importante ferramenta de gestão para as instituições de saúde, pública e privada, realizada pelo EA, na maior parte do tempo, por meio do método retrospectivo.

A AE é utilizada de acordo com a realidade das instituições e se destaca para o controle de custos operacionais, principalmente em instituições hospitalares e privadas, pois o uso indiscriminado de materiais e as constantes falhas nos registros de enfermagem constituem-se



nos principais apontamentos que contribuem para resultados financeiros negativos e interferem na eficácia da gestão e da assistência.

Diante disso, é uma realidade nos serviços de saúde a perspectiva de a AE ser aplicada como instrumento no processo de avaliação da qualidade da assistência e capacitação profissional, para a qualificação da assistência.

Para isso, identificou-se a necessidade de maior investimento em educação permanente e abordagem educacional interdisciplinar junto aos profissionais de enfermagem, vez que os resultados apontam importância de se realizar gerenciamento de competências e habilidades para o desenvolvimento institucional.

Assim, espera-se que este estudo venha contribuir para a reflexão da importância da prática do EA nas instituições de saúde, pública ou privada, com o surgimento de pesquisas relacionadas a esta temática, para o conhecimento e valorização profissional, possibilitando ampliar o campo de trabalho para o enfermeiro na área da saúde.

Referências

- Abea (2018). *Associação Brasileira de Enfermeiros Auditores*. Atividades do Enfermeiro Auditor. Recuperado em 15 dezembro, 2018 de <http://www.abea.org.br>.
- Amestoy, S. C., Backes, V. M. S., Thofehn, M. B., Martini, J. G., Meirelles, B. H. S. & Trindade, L. L. (2013). Percepção dos enfermeiros sobre o processo de ensino-aprendizagem da liderança. *Texto Contexto Enfermagem*, 22(2): 468-75.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- Blank, C. Y., Sanches, E. N. & Leopardi, M. T. (2013). A prática do enfermeiro auditor hospitalar na região do Vale do Itajaí. *Revista Eletrônica Enfermagem*, 15(1), 233-242. Recuperado em 2 junho, 2018 de <http://www.revenf.bvs.br/pdf/ree/v15n1/27.pdf>.
- Brasil (2009). Ministério da Saúde. Portaria nº. 1 996/GM/MS. *Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências*. Brasília: MS. Recuperado em 08 abril, 2019 de <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33856/396770/Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Educ+a%C3%A7%C3%A3o+Permanente+em+Sa%C3%BAde/c92db117-e170-45e7-9984-8a7cdb111faa>.
- Camelo, S. H. H., Pinheiro, A., Campos, D. & Oliveira, T. L. (2009). Auditoria de enfermagem e a qualidade da assistência à saúde: uma revisão de literatura. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 11(4), 1018-1025. Recuperado em 14 abril, 2018 de <https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n4/pdf/v11n4a28.pdf>.
- Camilo, M. S.; Mota, E. A. (2018). Análise dos registros e anotações de enfermagem: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*, 24(3), 66-71.



- Caveião, C. Montezeli, J. H., Peres, A. M., Hey, A. P., Sales, W. B. & Costa, T. D. (2015). Competências requeridas do enfermeiro auditor para a prática profissional: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem UFPE*, 9(10), 9584-9593.
- Ceccin, R. B. (2005). Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4), 975-986.
- Ceccin Burg, R. B. (2005). Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 9(16), 161-177.
- Ceccin, R. B.; Feuerwerker, L. C. M. (2004). O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: Ensino, Gestão, Atenção e Controle Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 14(1), 41-65. Recuperado em 20 janeiro, 2019 de <https://www.scielo.org/pdf/physis/2004.v14n1/41-65/pt>.
- Conselho Federal de Enfermagem (2001). *Resolução n. 266/2001*, de 05 de outubro de 2001. Aprova as atividades do enfermeiro auditor. Recuperado em 16 janeiro, 2018 de http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2662001_4303.html.
- Conselho Federal de Enfermagem (2009). *Resolução n. 358/2009*, de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Recuperado em 15 novembro, 2018 de http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html.
- Conselho Federal de Enfermagem (2012). *Resolução n. 429/2012*. Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da enfermagem, independente do meio de suporte - tradicional ou eletrônico. Recuperado em 16 janeiro, 2018 de http://www.coren-ro.org.br/resolucao-cofen-no-4292012_2155.html.
- Conselho Federal de Enfermagem (2017). *Resolução n. 0564/2017*. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Recuperado em 10 março, 2018 de http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html/print/.
- Costa, L. P. & Fossatti, P. (2015). Capacitação do Enfermeiro Auditor na Gestão em Saúde: Importância e Realidade. *Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde [RAHIS]*, 12(2), 70-80.
- Delory-Momberger, C. A. (2016). Pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, 1(1), 133-147.
- Fazzolo Scarparo, A., Ferraz, C. A., Dias Pedreschi Chaves, L., Silva Gabriel Rotta, C. (2009). Abordagem Conceitual de Métodos e Finalidade da Auditoria De Enfermagem. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 10(1), 124-130.
- Feldman, L. B., Gatto, M. A. F. & Cunha, I. C. K. O. (2005). História da evolução da qualidade hospitalar: dos padrões a acreditação. *Acta Paulista Enfermagem*, 18(2), 213-239.
- Fonseca, A. S., Yamanaka, N. M. A., Barison, T. H. A. S. & Luz, S. F. (2005). Auditoria e o



- uso de indicadores assistenciais: uma relação mais que necessária para a gestão assistencial na atividade hospitalar. *O Mundo da Saúde*, 29(2), 161-169.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4 ed.) São Paulo: Atlas.
- Gunther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Koerich, C., Lanzoni, G. M. M., Coimbra, R., Tavares, K.S. & Erdmann, A.L. (2019). Recursos e competências para gestão de práticas educativas por enfermeiros: revisão integrativa. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 40(e20180031), 1-17.
- Kurcgant, P. (1991). *Administração em enfermagem*. São Paulo, SP: EPU.
- Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências*. Diário Oficial da União. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem.
- Linch, G., Lima, A., Souza, E., Nauderer, T., Paz, A. & Costa, C. (2017). Impacto de uma intervenção educativa na qualidade dos registros de enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 25(e2938), 1-8.
- Loureiro, L. H., Costa, L. M., Marques, V. L. & Hoyashi, C. M. T. (2018). Como a auditoria de enfermagem pode influenciar na qualidade assistencial. *Revista Práxis*, 10(19), 91-102.
- Medrado, S. S. R. & Moraes, M. W. (2011). Auditoria de enfermagem em centro cirúrgico: atuação do enfermeiro auditor. *Revista SOBECC*, 16(1), 56-63.
- Mendes, K. S. S., Silveira, R. C. C. P.; Galvão, C. M. (2008). Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758 - 764, out-dez.
- Mezzomo, A. A. (1982). *Serviço do prontuário do paciente: organização e técnica*. São Paulo: Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde.
- Minayo, M. C. S. (2009). *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. (Cap. 5, pp. 9-29). Rio de Janeiro: Vozes.
- Motta, A. L. C. (2003). *Auditoria de enfermagem nos hospitais e operadoras de planos de saúde*. São Paulo: Iátria.
- Morais, C. G. X., Batista, E. M. S. B., Castro, J. F. L., Assunção, S. S. & Castro, G. M. O. (2015). Registros de enfermagem em prontuário e suas implicações na qualidade assistencial segundo os padrões de acreditação hospitalar: um novo olhar da auditoria. *Revista Acreditação*. 5(9), 64-84.
- Nogueira de Sá, A. C. M. G., Ferreira, E. R. O., Xavier, J. C. & Alves, C. M. (2018). Contribuições da Educação Permanente para qualificação da assistência de enfermagem em um hospital público. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 22(1), 87-94.



- Paim, C. R. P. & Ciconelli, R. M. (2007). Auditoria de avaliação da qualidade dos serviços de saúde. *Revista de Administração de Saúde*, 9(36), 85-91.
- Pereira, P. M., Petry, P., Porto, A. R. & Thofehrn, M. B. (2010). A importância do enfermeiro auditor na qualificação da assistência profissional. *Revista Enfermagem UFPE*, 4(2), 504-509.
- Pinto, K. A. & Melo, C. M. M. (2010). A Prática da Enfermeira em Auditoria em Saúde. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, 44(3), 671 – 678. Recuperado em 24 de abril, 2018 de www.ee.usp.br/reeusp/.
- Riolino, A. N. & Kliukas, G. B. V. (2003). Relato de experiência de Enfermeiras no campo de auditoria de prontuário: uma ação inovadora. *Revista Nursing*, 6(65), 35-38.
- Rothbarth, S.; Wolff, L. D. G.; Peres, A. M. (2009). O desenvolvimento de competências gerenciais do enfermeiro na perspectiva de docentes de disciplinas de administração aplicada à enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 18(2), 321-329.
- Santos, Santana, Vieira, Garcia & Trippo, C. A. Santana, E. J. S., Vieira, R. P., Garcia, E. G. & Trippo, K. V. (2012). Auditoria e o enfermeiro como ferramentas de aperfeiçoamento do SUS. *Revista Baiana Saúde Pública*, 36(2), 539-559.
- Scarpato, A. F., Ferraz, C. A., Chaves, L. D. P. & Gabriel, C. S. (2010). Tendências da Função do Enfermeiro Auditor no Mercado em Saúde. *Texto e Contexto Enfermagem*, 19(1), 85-92.
- Silva, G. M. & Seiffert, O. M. L. B. (2009). Educação continuada em enfermagem: uma proposta metodológica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(3), 362-366.
- Siqueira, P. L. F. (2014). Auditoria em saúde e atribuições do enfermeiro auditor. *Caderno Saúde e Desenvolvimento*, 3(2), 5-19.
- Sociedade Brasileira de Enfermeiros Auditores em Saúde (2018). *Atribuições do enfermeiro auditor*. Recuperado em 01 de junho, 2018 de <http://www.sobeas.org.br>.
- Souza, M.T.; Silva, M.D. & Carvalho, R. (2010). Revisão Integrativa: O que é? Como fazer? *Einstein*, 8(1), 102-106.
- Treviso, P., Peres, S. C., Silva, A. D., Santos, A. A. (2017). Competências do enfermeiro na gestão do cuidado. *Revista de Administração em Saúde*, 17(4), 1-15.
- Viana, C. D., Bragas, L. Z. T., Lazzari, D. D., Garcia, C. T. F. & Moura, G. M. S. (2016). Implantação da auditoria concorrente de enfermagem: um relato de experiência. *Texto Contexto Enfermagem*, 25(1), 1-7.
- Vosgerau, D. S. A. R. & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, 14(41), 165-189.
- Whittemore, R.; Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546–553.